

A capital da política

Ophir Cavalcante Junior

Sumário

1. Introdução.
2. A voz de Brasília no Senado.
3. Epicentro das decisões.

1. Introdução

Quando visitou Brasília, em 1961, o cosmonauta russo Yuri Gagarin, primeiro homem a viajar ao espaço, declarou: “Tenho a impressão de que estou desembarcando num planeta diferente, não na Terra.”

Refletindo sobre a Brasília de hoje, podemos entender a reação das pessoas que conhecem a cidade apenas pelos noticiários, sobretudo da televisão, bem como algumas afirmações de que se trata de outro mundo, uma espécie de “ilha da fantasia”, ignorando uma terra incrível, com um povo trabalhador e que ama sua cidade, apesar dos problemas estruturais que ela ainda apresenta.

Brasília não se caracteriza como um município, pois seu território é vasto (um retângulo de 85 km por 70 km); tampouco se parece com um Estado, por ser pequeno. Até 1988, os administradores eram nomeados. A nova Constituição incluiu em suas disposições eleições para governador e vice e para uma chamada câmara legislativa, com 24 membros, assemelhada a uma assembleia estadual.

Ou seja, os constituintes assumiram o princípio de que o DF passaria a se

Ophir Cavalcante Junior é Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

comportar, em termos políticos, como um estado da Federação, mas com características únicas, a exemplo da nomeação de "administradores regionais" para os seus núcleos urbanos e partes constituintes, que hoje são 29 e reúnem cerca de 2,6 milhões de pessoas.

O resultado, 50 anos desde a sua criação, foi surpreendente. O Distrito Federal supera, em número de habitantes, sete Estados: Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima. É a quarta aglomeração urbana do País, atrás apenas de São Paulo, Rio e Salvador.

A fantasia tornou-se realidade.

Antes de vir para Brasília, onde ganhou uma sede moderna projetada por Oscar Niemeyer, o Senado teve duas sedes – o Palácio do Conde dos Arcos (a primeira) e o Palácio Monroe (segunda).

Aprovado pelo Senado no dia 14 de setembro de 1956, após tramitar pela Câmara, o projeto de lei que determinava a realização da mudança da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central do Brasil foi sancionado pelo presidente JK no dia 19 de setembro do mesmo ano.

O projeto de Niemeyer para construir o prédio do Congresso Nacional, cuja beleza faz com que seja considerado o principal cartão postal de Brasília, forma um conjunto: Senado Federal e Câmara dos Deputados, no centro da Praça dos Três Poderes.

As duas torres, quase que independentes, de 28 andares, atestam o bicameralismo: uma delas pertence ao Senado Federal; a outra, à Câmara dos Deputados, ligadas ao meio, formando um H. Unem-se umbilical e fraternalmente, consagrando, no concreto, o sistema bicameral.

No dia 21 de abril de 1960, o vice-presidente da República, João Goulart, que, de acordo com a legislação vigente, ocupava a presidência do Senado, abrindo a sessão de instalação do Congresso Nacional em Brasília. O Senado de hoje guarda, na essência, os princípios da filosofia política que lhe

deram origem e lhe garantem continuidade. Adaptou-se, contudo, às exigências do tempo. Evoluiu.

Não é uma Casa, como no Império, só de marqueses. Mas embora tenha deixado de ser uma assembleia exclusiva de membros da elite social, conserva a característica de câmara onde se congrega grande parte da elite brasileira. Ali estão ex-presidentes da República, ex-governadores, entre outros personagens de destaque da vida nacional.

A atitude espantosa do presidente Juscelino Kubitschek de transpor uma civilização litorânea para o ermo sertão goiano surpreendeu até mesmo os seus mais ferrenhos adversários – que eram muitos e que apostavam na derrocada do projeto da nova capital. Quem sairia do Rio de Janeiro para ir trabalhar no mato? Ninguém, respondiam, sem imaginar que pouco tempo depois estariam todos de endereço novo. Alguns, em definitivo.

Das instituições que logo iriam compor o cenário da nova capital, o Senado confundesse com a epopeia da construção. No dia 22 de abril de 1960, um dia após a inauguração da cidade, seus trabalhos eram iniciados.

Um marco numa história que começou 135 anos antes, quando, em 1826, o Senado realizou a sessão ordinária na qual foi eleita a primeira Mesa Diretora. Naquela época, a Casa tinha apenas 50 senadores – eram representantes das províncias em quantidade proporcional à população.

Diferente dos dias atuais, o cargo de senador era vitalício, privativo de brasileiros natos ou naturalizados, exigia idade mínima de 40 anos e rendimento anual mínimo de oitocentos mil réis. Os senadores do Império eram escolhidos com base na experiência de administração pública ou serviços à Pátria (magistrados, militares, eclesiásticos, médicos), assim como por idade e notoriedade. Atualmente, a escolha é pelo voto direito. E ao invés de vitalícios, os senadores agora têm mandato de oito anos.

Também no Império, o Senado equilibrava a agitação da Câmara dos Deputados. Nos tempos atuais, não é diferente. O Senado, com função de casa revisora, constitui-se fórum de representação dos Estados. É composto por 81 senadores – três representantes de cada um dos 26 Estados e o Distrito Federal.

O Senado sempre esteve na linha de frente da história política brasileira. Nos poucos momentos em que isso não ocorreu, a situação do País era de anormalidade institucional, característica dos períodos ditatoriais. No dia 25 de maio de 1824 entrou em vigor a primeira Constituição brasileira: vigorou até ao advento da República, em 1889. A carta de 1824 conferiu ao Senado importantes atribuições.

Ao longo de todo o Império, foi o Senado o grande palco de debates em torno das principais questões que envolviam a Nação. Nele, as elites fizeram seu aprendizado político, especialmente nos conturbados período que caracterizaram o Primeiro Reinado – com D. Pedro I, afastado em 1831 – e a fase regencial.

Também foi o Senado o esteio de ministros para a composição dos sucessivos gabinetes que sustentaram o singular modelo de Parlamentarismo que o Império conheceu. A lei que pôs fim ao tráfico de escravos (1850) e à escravidão no Brasil (1888), ou Lei João Alfredo, também tiveram participação direta dos senadores.

Com a República, o Senado deixava de ser vitalício. Os senadores passaram a ser eleitos por sufrágio universal para um mandato de nove anos. Houve também redução da idade para concorrer ao cargo: caiu de 40 para 35 anos.

Mas constantes crises que marcaram o início da República (fechamento do Congresso, renúncia do presidente Deodoro da Fonseca e ascensão do vice Floriano Peixoto) foram decisivas para o Senado assumir o papel de núcleo do debate político nacional. Tal situação fez do Senado reduto de grandes lideranças estaduais, inclusive até ao período da República Velha.

Questões nacionais da época constituíram-se centro das discussões do Senado. Destacam-se, entre os temas, o saneamento financeiro empreendidos pelos governos Campos Sales e Rodrigues Alves; a vacina obrigatória contra a febre amarela; a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial; e a elaboração do Código Civil. Surgiram nesse período oradores de altíssimo nível intelectual.

Esse vigor do Senado foi interrompido com a revolução de 1930, que alçou Getúlio Vargas ao poder. O novo governo interrompeu as atividades senatoriais e atribuiu apenas à Câmara a tarefa de exercer o Poder Legislativo. Durante o Estado Novo (1937-1946), plenamente ditatorial, o Legislativo simplesmente deixou de existir.

No período de 1946 a 1964, o Brasil voltaria a conviver com a democracia. Novamente, a Constituição consagrou a independência dos poderes. Restabeleceu-se o bicameralismo e, assim, o Senado recuperou sua função de Casa da Federação – ou seja, responsável por preservar a harmonia entre os Estados e a soberania nacional.

Nesse período, é marcante a presença do Senado no desfecho de todas as crises enfrentadas pelo País: suicídio de Vargas, interinidade que antecede a contestada eleição de Juscelino, renúncia de Jânio Quadros, curta adoção do Parlamentarismo, deposição de João Goulart.

Com o regime militar instalado em 1964, a ação parlamentar do Senado (e do Congresso Nacional como um todo) foi fortemente atingida. Mandatos foram cassados, direitos políticos suspensos, o Congresso posto em recesso em algumas ocasiões e atos institucionais, os famigerados AI, substituindo a ordem constitucional. Uma nova Constituição passou a vigorar em 1967 (alterada em 1969) e ampliou os poderes do Executivo. Mesmo diante desse quadro, o Congresso não se curvou e, no limite de suas possibilidades, construiu a resistência que pôs fim ao regime discricionário.

Articulações no Congresso, particularmente no Senado, propiciaram a eleição

indireta do senador Tancredo Neves para presidente da República no dia 15 de janeiro de 1985. Outro senador, José Sarney, foi eleito vice-presidente e acabou assumindo a Presidência porque Tancredo adoeceu gravemente, em 14 de março de 1985, véspera da posse, falecendo 39 dias depois, sem ter sido oficialmente empossado.

A posse de Sarney marcou o início da transição democrática, que teve na Constituição de 1988 o marco jurídico de liberdade, democracia e cidadania. Nesse esforço de edificação de uma nova ordem, o Senado, mais uma vez, ocupou papel de pólo do grande debate nacional.

Exemplo marcante dessa atuação encontra-se em todo o processo que culminou no afastamento de um presidente da República, Fernando Collor de Mello, em 1992, cujo processo de impeachment resultou de uma proposta apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil. Além de participado ativamente na Comissão Parlamentar de Inquérito, que acabou por levantar atos que inviabilizariam a permanência do presidente no cargo para o qual havia sido eleito, o Senado cumpriu, ao final do processo, o papel que lhe confere a Constituição nesse tipo de situação.

No lugar de Collor, assumiu a chefia do governo o vice-presidente Itamar Franco, que por dois mandatos consecutivos foi representante de Minas Gerais no Senado Federal. Reafirmando a força política do Senado na política brasileira, nas eleições de 1994 e 1998, o senador por São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, foi eleito presidente da República.

2. A voz de Brasília no Senado

Mesmo abrigando a sede do Congresso, a capital não tinha voz nem voto nas suas duas casas legislativas. Quando a sede era no Rio de Janeiro, o Distrito Federal contava, desde a sua criação, em 1891, com Poder Legislativo próprio: a velha Câmara Municipal.

Brasília, não. Ela nasceu sem direito a representação política. Só em 1986 foram eleitos os primeiros congressistas pelo Distrito Federal (oito deputados e três senadores), para participarem da Assembleia Nacional Constituinte. A nova Carta Magna (de 1988) forneceu a tão sonhada autonomia política aos brasilienses e marcou para 1990 a escolha do primeiro governador e dos 24 deputados distritais.

Enquanto isso não aconteceu, o Senado assumiu, a partir da Constituição de 1967, a tarefa de produzir leis para Brasília, reforçada substancialmente pela Carta de 1988, que conferiu ao Senado as funções da Câmara Legislativa do DF, até que esta fosse instalada.

Para que o Senado desempenhasse com êxito essa tarefa, foi fundamental a atuação da Comissão do Distrito Federal, que centralizava o exame inicial das matérias. Além de analisar propostas de interesse local, em alguns casos em caráter terminativo, cabia também à Comissão (entre 1988 e 1990) promover audiências públicas, receber reclamações da população contra atos ou omissões de integrantes da administração e solicitar depoimentos de autoridades e cidadãos. Ao final desse período, a Comissão do DF havia analisado mais de 80 propostas, das quais 59 foram transformadas em leis e 16 enviadas à Câmara Legislativa.

Após o golpe militar de 1964, o Congresso continuou “funcionando”, embora muito desfigurado (só na primeira lista de cassações havia 41 deputados federais). Nas listas subsequentes, senadores também perderam os mandatos e os direitos políticos, dentre os quais João Abrahão, Pedro Ludovico e o próprio JK.

Os projetos eram aprovados sem o voto dos congressistas. O decurso de prazo, manobra criada pelo governo, inviabilizava qualquer tentativa de emendas às proposições oficiais.

As cassações prosseguiram em 1965 até que, após perder as eleições em Minas

Gerais e Rio de Janeiro, o presidente Castelo Branco baixou o Ato Institucional nº 2, que extinguia os partidos políticos e estabelecia eleições indiretas para presidente da República.

A situação chegou a tal ponto que, em 1966, até as mais moderadas lideranças do Congresso reclamaram das seguidas cassações. Em represália, Castelo Branco fechou o Parlamento por um mês. Quando reabriu, no ano seguinte, o Congresso era uma Casa amordaçada e de mãos atadas.

3. Epicentro das decisões

Nos últimos 50 anos, o prédio do Congresso Nacional em Brasília passou pelas mais gratificantes e traumáticas experiências. Viu-se cercado de tanques de guerra, quando um golpe derrubou um presidente civil. Esvaziou-se das vozes sucessivamente caladas pelas cassações. Foi fechado e obrigado ver a usurpação de seus poderes constitucionais. Resistiu ao arbítrio para renascer com ímpeto e determinação no movimento das Diretas-Já, que, mesmo derrotado no plenário, venceu a batalha final de reinstalar a liberdade. Consagrhou a vontade popular com a promulgação da Constituição de 1988. Decretou o impeachment de um presidente e saudou os eleitos seguintes, na já mais longa sucessão pacífica de poder dos tempos republicanos. Consolidou-se, enfim, como a Casa da Democracia, sempre em busca de redimir seus erros para o bem do Brasil e de seu povo.

De sua instalação, em 1960, até os dias de hoje, em que se destaca a aprovação da Lei de Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135), de iniciativa popular e mais uma vez com apoio da Ordem dos Advogados, estes são os fatos mais destacados do Senado Federal em Brasília:

1960 – Em 22 de abril, é realizada a primeira sessão do Senado Federal na nova capital.

1961 – Em 24 de janeiro, a presidência do Senado Federal anuncia o início da

divulgação radiofônica dos trabalhos do Congresso Nacional.

Em sessão conjunta, às 10h45 do dia 31 de janeiro, foram solenemente empossados perante o Congresso nacional os senhores Jânio da Silva Quadros e João Belchior Marques Goulart, eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da República, para o período de 31 de janeiro de 1961 a igual data de 1966.

A promulgação da Emenda Constitucional nº 3, ocorrida em 24 de maio, dispõe sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e territórios federais.

O presidente Jânio Quadros encaminhou, em 25 de agosto, o texto de sua renúncia.

E emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro, institui o sistema parlamentar de Governo.

João Goulart prestou compromisso constitucional, perante o Congresso Nacional, no dia 7 de setembro. Na ocasião indicou o nome de Tancredo Neves para primeiro-ministro.

1962 – Desde a promulgação da Constituição de 1946, foi esta a primeira vez que se elegeu presidente para o Senado Federal. O cargo de vice-presidente da República foi extinto pelo artigo 23 da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo no Brasil, pois o cargo é inexistente no parlamentarismo. Dessa forma, o cargo de presidente do Senado, que até então era ocupado pelo vice-presidente da República, passou a ser provido por uma dos membros da própria Casa: Auro de Moura Andrade.

Criação da Comissão do Distrito Federal, incumbida de estudar as proposições relativas ao Distrito Federal.

A Lei Complementar nº 2, de 16 de setembro de 1962, ao Ato Adicional, fixa data do plebiscito para ratificar a escolha do sistema de governo.

Instalação do Salão Nobre

Instalação, no Plenário, do equipamento de votação eletrônica retirado do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro.

Aquisição de um equipamento “Multi-lit-Offset”, para tornar possível a execução de trabalhos de impressão que não pudessem ser feitos com a devida presteza pela impressora oficial.

O Senado iniciou a produção de material noticioso para o programa *A Voz do Brasil*, no horário reservado ao Congresso Nacional.

1963 – A Lei nº 4.070, de 1962, elevou o Território do Acre a Estado. Sua representação no Senado, a partir de 1963, elevou o número de senadores para 66.

O senador Argemiro de Figueiredo e outros haviam apresentado o Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1962, no qual propunham a revogação da Emenda Constitucional nº 4 (Ato Adicional) e o restabelecimento do sistema presidencial. Terminada, na noite de 22 de janeiro, a sua tramitação, foi a Emenda Constitucional, que recebeu o nº 6, solenemente promulgada em sessão conjunta convocada para às 16h do dia 23, tendo sido publicada no Diário do Congresso Nacional correspondente a essa sessão, ainda no mesmo dia, a fim de que entrasse imediatamente em vigor.

Criação do Serviço de Informação Legislativa. No futuro, se tornaria a atual Secretaria de Edições Técnicas, responsável pela publicação da Revista de Informação Legislativa e várias publicações.

Principais leis ultimadas nesta sessão legislativa: Lei nº 4.215, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Lei nº 4.266, que institui o salário-família do trabalhador.

Em 4 de dezembro, o senador Arnon de Melo (PDC-AL), atira contra Silvestre Péricles (PTB-AL). Os tiros disparados por Arnon erram o alvo e matam o suplente de senador José Kairala (PSD-AC). A Presidência prendeu em flagrante e entregou à Justiça os dois membros da Casa e levou a efeito os atos processuais que a Constituição e o regimento Interno impunham. O Senado Federal aprovou, em 7 de dezembro, a Resolução nº 35 e concedeu a permissão

necessária para que as autoridades judiciais pudessem atuar no caso.

1964 – Cumprindo o disposto no artigo 2º do Ato Institucional, o Congresso Nacional reuniu-se para eleger os novos Presidente e Vice-Presidente da República. O general Humberto de Alencar Castelo Branco foi escolhido para a Presidência e, para a Vice-Presidência, o deputado José Maria Alkmin.

Durou exatamente 45 minutos a solenidade na qual o general Castelo Branco tomou posse na Presidência da República, diante do Congresso Nacional, na tarde do dia 15 de abril. Na mesma ocasião, foi empossado o vice-presidente.

No dia 8 de junho de 1964, eram cassados o mandato e os direitos políticos do então senador por Goiás Juscelino Kubitschek de Oliveira, ex-presidente do Brasil.

Destacam-se as seguintes leis incorporadas ao acervo legislativo do País nesta sessão legislativa: Lei nº 4.319, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Lei nº 4.504, que dispõe o Estatuto da Terra; Lei nº 4.516, que cria o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Lei nº 4.330, que regula o direito de greve; Lei nº 4.440, que institui o salário-educação.

1966 – Principais leis ultimadas na sessão legislativa: Lei nº 5.027, que dispõe sobre o Código Sanitário do Distrito Federal; Lei nº 5.107, que cria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; Lei nº 5.108, que institui o Código Nacional de Trânsito.

Novas atribuições do Senado foram introduzidas pela Lei nº 5.000, de 24 de maio, e a Lei nº 5.010, de 30 de maio. A primeira, que dispõe sobre a concessão de aval do Tesouro nacional em operação de crédito no exterior. A segunda organizou a Justiça Federal de primeira instância, determinou que a nomeação de juiz federal e de juiz federal substituto será precedida de assentimento do Senado Federal.

No dia 3 de outubro, às 16h, no plenário da Câmara dos Deputados, os membros

do Congresso Nacional se reuniram para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República. Os únicos candidatos eram o Marechal Arthur da Costa e Silva (Presidente) e Pedro Aleixo (Vice-Presidente). Compareceram à sessão 51 senadores e 285 deputados, mas apenas 253 deputados e 41 senadores votaram, e todos os 294 votos foram a favor do candidato único.

Ato Complementar nº 23, 20 de outubro, decreta o recesso do Congresso Nacional a partir da data do Ato até 22 de novembro.

Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, convoca extraordinariamente o Congresso Nacional com o objetivo de discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pelo presidente da República.

1967 – No dia 24 de janeiro, foi promulgada a Constituição de 1967.

A Constituição de 1967 determinou que o Senado Federal fosse composto por três senadores, representantes dos Estados. Cada senador seria eleito com seu suplente.

A nova Constituição estabeleceu que o Senado Federal deveria legislar pelo Distrito federal.

No dia 15 de março, às 10h45, realizou-se a sessão destinada à posse do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, e do Vice-Presidente, Pedro Aleixo.

Principais leis aprovadas nesta sessão legislativa: Lei nº 5.275, que dispõe sobre o salário-mínimo de menores; Lei nº 5.316, que integra o seguro de acidentes de trabalho na Previdência Social; Lei nº 5.327, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação nacional de Material Escolar.

1968 – Principais leis ultimadas na sessão legislativa: Lei nº 5.443, que dispõe sobre a apresentação dos símbolos nacionais; Lei nº 5.453, que institui o sistema de sublegendas; Lei nº 5.479, que dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica e científica; Lei nº 5.512, que autoriza a construção da Ponte Rio – Niterói; Lei nº

5.536, que dispõe sobre a censura a obras teatrais e cinematográficas e cria o Conselho Superior de Censura; Lei nº 5.537, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (Indep).

Pela primeira vez, desde a promulgação da Constituição de 1967, o Senado Federal teve oportunidade de tomar conhecimento e decidir sobre a proposta do presidente da República, relativamente à proibição de limitação temporária de emissão e lançamento de obrigações, de qualquer natureza, dos Estados e municípios (art. 6º, parágrafo 1º, C, da Constituição Federal). Assim sendo, o Senado Federal editou a Resolução nº 58, de 1968.

Em 13 de dezembro, entra em vigor o Ato Institucional nº 5, que deu poderes excepcionais ao Presidente da República e suspendeu várias garantias constitucionais.

O Poder Executivo baixou o Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro, que decretou o recesso do Congresso Nacional, a partir da data do Ato.

1969 – Em 17 de outubro, foi outorgada a Emenda Constitucional nº 1, modificando praticamente a Constituição de 1967 e mantendo o AI-5.

Não houve eleição da Mesa do Senado, pois o Ato Complementar nº 48, de 24 de fevereiro, prorrogou, enquanto durasse o recesso parlamentar, o mandato das Comissões ou Mesas Diretoras do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

O Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, prorrogou novamente o mandato da Mesa Diretora, dessa vez até o dia 31 de março de 1970.

O recesso foi suspenso em 22 de outubro de 1969, por intermédio do Ato Complementar nº 72, de 15 de outubro.

Cinco senadores (Aarão Steinbruch, João Abrahão, Arthur Virgílio, Mário Martins e Pedro Ludovico) tiveram seus mandatos cassados, na forma do artigo 4º do Ato Institucional nº 5. Seus lugares

ficaram vagos até a eleição seguinte, conforme o dispositivo no parágrafo único do referido artigo. Dessa forma, durante os anos de 1969 a 1970, existiam no Senado 61 representantes dos Estados.

Foi declarado vago, por intermédio do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro, o cargo de Presidente da República, em virtude da enfermidade que acometeu o presidente Costa e Silva. Da mesma forma, foi declarado vago o cargo de vice-presidente da República. O mesmo ato determinou que a eleição para os dois cargos fosse realizada no dia 25 de outubro, pelos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e com votação nominal. Para procederem à eleição reuniram-se, no dia 25 de outubro, às 15h, as duas Casas do Congresso Nacional. Com a presença de 368 congressistas, o candidato Emílio Garrastazu Médici recebeu 293 votos e houve 75 abstenções. Foi proclamado eleito vice-presidente, em virtude da eleição do Presidente da República, o almirante de esquadra Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

A cerimônia de posse do Presidente e Vice-Presidente da República aconteceu no dia 30 de outubro.

Também no dia 30 de outubro entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro, que veio a reformar profundamente a Constituição de 1967.

A produção legislativa, devido ao recesso, limitou-se a 11 leis, uma lei complementar e uma emenda constitucional. Em contraposição, o Poder Executivo baixou 665 descretos-leis.

1970 – Início da sobras de construção do Anexo II do Senado Federal.

Foram sancionadas, entre outras, a Lei nº 5.648, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial; a Resolução do Senado nº 93, que dá nova redação do Regimento Interno do Senado Federal; a Resolução do Congresso nº 1, que promulga o regimento comum do Congresso Nacional.

1971 – As principais leis produzidas na sessão legislativa: Lei nº 5.682, de 21 de ju-

lho, que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos; Lei nº 5.692, de 11 de agosto, que faz as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus; Lei nº 5.726, de 29 de outubro, que dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica; Lei nº 5.727, de 4 de novembro, que dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974; Lei nº 5.765, de 18 de dezembro, que aprova alterações na ortografia da língua portuguesa; Lei nº 5.772, de 21 de dezembro, que institui o Código da Propriedade Industrial.

1972 – A Emenda Constitucional nº 3, de 1972, alterou o período de funcionamento do Congresso Nacional, que começou a reunir-se de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 5 de dezembro.

Foi implantada a reestruturação administrativa da Casa, elaborada por um grupo de trabalho, liderado pelo primeiro-secretário, senador Ney Braga.

Criação do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen).

Na sessão legislativa, destacam-se as seguintes leis: Lei nº 5.829, que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan); Lei nº 5.861, que institui a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Lei nº 5.859, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.

1973 – O presidente do Senado Federal, senador Filinto Müller, morre no dia do seu aniversário, 11 de julho, em um acidente aéreo em Paris, junto com sua esposa e neto. Devido a seu falecimento, ficou vaga a presidência da Casa e, para preenchê-la, foi escolhido o senador Paulo Torres. Com a ascensão do senador Paulo Torres à presidência da Casa, o senador Antônio Carlos foi eleito para ocupar a 1ª vice-presidência.

Entre as leis produzidas no período destacam-se: Lei nº 5.869, de 11 de janeiro, que institui o Código de Processo Civil; Lei nº 5.889, de 8 de junho, que estatui normas

reguladoras do trabalho rural; Lei nº 5.966, de 11 de dezembro, que institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial; Lei nº 5.988, de 14 de dezembro, que regula os direitos autorais; Lei nº 6.001, de 19 de dezembro, que dispõe sobre o Estatuto do Índio; Lei nº 6.015, de 31 de dezembro, que dispõe sobre os registros públicos.

1974 – Reunião, em 15 de janeiro, do Colégio Eleitoral, sob a direção da Mesa do Senado Federal, destinada a proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República. O Colégio Eleitoral era composto por integrantes do Congresso Nacional e de delegados escolhidos pelas Assembleias Legislativas estaduais. Compareceram 499 membros, dos quais 375 eram parlamentares e 124 representantes e delegados dos Legislativos estaduais. Dos votos apurados, 400 foram dados aos candidatos Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos; 76, aos candidatos Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Foram registradas 21 abstenções.

Entre as leis complementares, destaca-se a Lei Complementar nº 20, de 1º de julho, que dispõe sobre a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

O Senado, em 18 de dezembro, aprova a indicação do almirante Faria Lima com o governador do futuro Estado do Rio de Janeiro.

1975 – Em 17 de abril, é instalada uma comissão especial incumbida de julgar se houve ou não falta de decoro parlamentar no episódio que envolveu o senador Wilson Campos, acusado de exigir propina para interceder junto ao Banco do Estado de Pernambuco para a concessão de um aval, incidente que ficou conhecido como “Caso Moreno”. Em 15 de junho, a comissão opina pelo arquivamento do caso. No dia 29 do mesmo mês, o plenário da Casa absolve o senador.

O presidente da República, em 1º de julho, com apoio no Ato Institucional nº 5, cassa o mandato do senador Wilson

Campos, da representação do Estado de Pernambuco. Portanto, durante, os anos de 1975 a 1978, o Senado tinha em sua composição 65 senadores.

Durante a 45ª Legislatura (1975-1978) ocorreram algumas alterações na representação em virtude das disposições constantes nos artigos 8 e 28 da lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, que unificou os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a partir de 15 de março de 1975. Os senadores que representavam esses dois Estados passaram a integrar a representação do novo Estado que ficou, assim, com número duplo na composição da Casa, isto é, com seis senadores: quatro com mandatos a terminar em 31 de março de 1979 e dois eleitos em 15 de novembro de 1974, com mandato de oito anos.

Em outubro, o Senado Federal aprova o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Ocidental.

1976 – É comemorado o sesquicentenário do Senado Federal, com extensa programação que incluiu exposições, ciclos de palestras, lançamento de fascículo especial da Revista de Informação Legislativa, cunhagem da medalha comemorativa e a organização do Seminário sobre Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político.

Foram realizadas 234 sessões plenárias, sendo 156 ordinárias, 74 extraordinárias e quatro especiais. Foram produzidas, entre outras, as normas: Lei nº 6.354, de 2 de setembro, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol; Lei nº 6.385, de 7 de dezembro, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro, que dispõe sobre as sociedades por ações.

Foi aprovada, também, a Lei nº 6.339, de 1º de julho, conhecida como a Lei Falcão, que restringiu a propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

1977 – O Estado do Mato Grosso do Sul é criado pela Lei Complementar nº 31, de 1977.

Em agosto é organizado um movimento oposicionista no Congresso Nacional em favor de uma Assembleia Constituinte. A campanha pela Constituinte foi oficialmente aberta com discursos dos líderes do MDB na Câmara dos Deputados e no Senado, Freitas Nobre e Franco Montoro.

Por ato do presidente da República, fundado no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, é decretado recesso do Congresso Nacional de 1º a 15 de abril de 1977.

Neste ano, são aprovadas duas importantes emendas à Constituição: a Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril, que criou os "senadores biônicos", eleitos pelo voto do Colégio Eleitoral; e a Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho, conhecida como a Emenda do Divórcio.

1978 – O Estado do Rio de Janeiro elege mais dois senadores (Amaral Peixoto e Nelson Carneiro), somando-se aos dois representantes desse Estado eleitos a 15 de novembro de 1974. Isso explica o fato dessa legislatura iniciar seus trabalhos com 67 senadores. Esse número permaneceu durante a 46ª legislatura (1979-1982).

Em sessão realizada às 9h do dia 15 de outubro de 1978, e presidida pela Mesa do Senado Federal, o Colégio Eleitoral, integrado pelos membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e pelos delegados das Assembleias Legislativas, deliberou sobre a eleição do Presidente da República, registrando, a votação, o seguinte resultado: general-de-Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo, 355 votos; general-de-Exército Euler Bentes Monteiro, 226 votos.

O senador Teotônio Vilella, juntamente com o ex-vice-governador da Guanabara, Rafael de Almeida Magalhães, lançam o Projeto Brasil, documento em que pregava, entre outras medidas, a extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e das medidas punitivas por ele propiciadas; e defende as eleições diretas para a Presidência da República e para os governos estaduais, a volta do pluripartidarismo, a liberdade de

organização sindical, a anistia política e a abolição de qualquer censura à imprensa.

A Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro, revogou o AI-5.

1979 – Tomam posse, no dia 15 de março, perante o Congresso Nacional, João Baptista de Oliveira Figueiredo e Antônio Aureliano Chaves de Mendonça nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente.

1980 – A Emenda Constitucional nº 15 restabelece o sistema de voto nas eleições para governador de Estado e para senador da República. A proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo Governo, é aprovada pelo Congresso Nacional sem nenhum voto contra.

1981 – Em maio, é colocada uma granada de plástico na tribuna de honra no Plenário do Senado Federal. Em junho, é ampliado o sistema de segurança da Casa, colocando em atividade o sistema de televisão interna.

1982 – São produzidas, dentre outras, as seguintes normas: Lei nº 6.989, de 5 de maio, que dispõe sobre a filiação partidária em caso de incorporação de partidos políticos; Lei nº 7.004, de 24 de junho, que institui o Programa de Previdência Social aos Estudantes; Lei nº 7.019, de 31 de agosto, que altera o Código de Processo Civil, para simplificar o processo de homologação da partilha amigável e da partilha de bens de pequeno valor; Lei nº 7.070, de 20 de dezembro, que dispõe sobre a pensão especial para os deficientes físicos e portadores da "Síndrome da Talidomida".

1983 – O Território de Rondônia é elevado a Estado, pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981. Seus representantes tomaram posse em 1983, aumentando o número de senadores para 69.

A emenda do senador Murilo Badaró (PDS-MG), alterando a Lei das Inelegibilidades, contida no pacote eleitoral, é aprovada após mais de 20 horas de sessão ininterrupta – uma das mais longas da história do Senado Federal. A emenda era

composta por nove artigos que estendiam os benefícios da anistia aos casados e restringiam a inelegibilidade aos condenados cuja pena mencionasse explicitamente sua condição de inelegíveis.

1986 – O Senado Federal fez realizar 371 sessões plenárias: 133 ordinárias, 237 extraordinárias e uma especial.

Para subsidiar os trabalhos dos constituintes, a Subsecretaria de Edições Técnicas publicou: Constituição Federal e Constituições Estaduais, em quatro volumes; Constituição do Brasil e Constituições estrangeiras, em três volumes; Anteprojeto constitucional: quadro comparativo; Constituição da República Federativa do Brasil: quadro comparativo; Regimentos das Assembleias Constituintes do Brasil; Constituições do Brasil; Constituições estrangeiras, em quatro volumes.

Na sessão legislativa, destacam-se as seguintes leis: Lei nº 7.463, de 17 de abril, que dispõe sobre o I Plano Nacional de Informática e Automação (Planin); Lei nº 7.492, de 16 de julho, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional/Lei nº 7.508, de 4 de julho, que institui normas para a propaganda eleitoral; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.

1987 – A emenda Constitucional nº 25, de 1985, altera novamente a composição do Senado, retornando ao Distrito Federal a prerrogativa de eleger representantes ao Senado Federal. Assim, o Senado passou a ter 72 senadores.

A Assembleia Nacional Constituinte é instalada em 1º de fevereiro. No dia seguinte, o deputado Ulysses Guimarães é eleito seu presidente.

Principais leis introduzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 7.644, de 18 de dezembro, que dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social; Lei nº 7.646, de 18 de dezembro, que dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computador e sua comercialização no País.

1988 – A nova Constituição brasileira é promulgada no dia 5 de outubro.

Até a promulgação da Constituição, e consequente dissolução da Assembleia Nacional Constituinte, o Senado Federal funcionou em regime de sessões extraordinárias não coincidentes com os trabalhos de elaboração da nova Carta. Mesmo assim, cumpriu seu papel, e aprovou 174 projetos de resolução; apreciou mensagens presidenciais referentes à nomeação de autoridades; deliberou 77 projetos de lei e 15 Projetos de Decreto Legislativo com tramitação iniciada na Câmara dos Deputados; tiveram, ainda, iniciadas as tramitações de 106 projetos de lei de iniciativa de senadores.

1989 – O número de senadores aumentou para 75, conforme o artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, que determinou a criação do Estado de Tocantins e, consequentemente, a eleição de três senadores para representar o Estado. Os primeiros senadores tocantinenses foram: Moysés Abrão Neto, Antonio Luiz Maia e Carlos Patrocínio, todos filiados ao Partido Democrata Cristão (PDC).

A Constituição de 1988 estabeleceu nova concepção no processo de elaboração de leis, inteiramente diverso da prevalente no período anterior. O Congresso Nacional despende um esforço inédito na apreciação de Medidas Provisórias, que exige decisão rápida. Desde a promulgação da Constituição, o presidente da República editou 127 MPs, uma a cada três dias úteis.

Pela primeira vez, o Senado Federal manifesta-se sobre a indicação do procurador-geral da República, do presidente e dos diretores do Banco Central.

1990 – No dia 15 de março, Fernando Collor de Mello, toma posse, no Congresso Nacional, como Presidente da República.

1991 – São realizadas mais de 220 sessões plenárias, 700 proposições legislativas apreciadas e, ainda, a instalação da Comissão Parlamentar do Mercosul.

1992 – Em virtude das denúncias formuladas pelo irmão do presidente da República, Pedro Collor de Mello, sobre as atividades de Paulo Cesar Cavalcanti Farias, é criada no Congresso Nacional, por meio do requerimento 52, de 1992-CN, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tendo como primeiro signatário o senador Humberto Lucena e subscrito por mais 35 senadores e 179 deputados. O relatório desta CPMI desencadeou o processo de impeachment do presidente Fernando Collor.

1993 – Instalação da CPI do Orçamento, que investiga os parlamentares responsáveis pela elaboração do Orçamento da União, e propunham emendas ao Orçamento com fins de enriquecimento ilícito. A CPMI desvendou um esquema de desvio de dinheiro público dividido em duas frentes. Em uma, parlamentares faziam emendas remetendo dinheiro para entidades filantrópicas ligadas a parente e “laranjas”. Na outra, faziam-se acertos com empreiteiras para incluir verbas para grandes obras em troca de comissões. Dezoito deputados integrantes da Comissão de Orçamento foram citados no relatório final da CPI. Seis acabaram cassados, oito absolvidos e quatro preferiram renunciar ao mandato para fugir da punição e da inelegibilidade.

Instalação e início dos trabalhos de revisão da Constituição Federal, que continua no ano de 1994.

Com a renúncia do presidente Fernando Collor, em 29 de dezembro de 1992, acuado por um processo de impeachment, que o Senado aprovaria no dia seguinte, o vice-presidente da República, Itamar Franco, é empossado, formalmente, pelo Congresso Nacional, em razão da vacância do cargo de presidente da República. A posse se deu em sessão conjunta do Congresso Nacional, presidida pelo senador Mauro Benevides.

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

1994 – Nesta sessão legislativa ocorreu a continuação dos trabalhos de revisão da

Constituição Federal que, iniciados em outubro de 1993, vieram a ser encerrados em 31 de maio de 1994. Ao final do trabalho, foram promulgadas seis emendas constitucionais de revisão.

1995 – Criação da TV Senado, por intermédio da Resolução do senado nº 24, de 1995.

Aprovação ainda a Lei nº 9.079, de 14 de julho, que altera dispositivos do Código de Processo Civil, e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro, que institui os Juizados Especiais Civis e Criminais.

1996 – Criação da Rádio Senado, por intermédio da Resolução do Senado nº 60, de 1996.

1997 – Entre as leis aprovadas no decorrer deste ano, destacam-se: a Lei dos Transplantes de órgãos (Lei nº 9.434) e a Lei das Armas (Lei nº 9.437), e que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503). A lei que regula o acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data (Lei nº 9.507) também foi aprovada nesta sessão legislativa.

1998 – O Senado inicia publicações em braile. São 34 títulos publicados, entre os quais a Constituição Federal, O Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Doação de Órgãos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

1999 – O Senado aprecia 619 matérias. Das dez propostas de emenda à Constituição quatro são promulgadas: a extinção da figura do juiz classista; a manutenção da CPMF com nova alíquota de cobrança; alteração da competência do STF e do STJ em matéria de habeas corpus; e a criação do Ministério da Defesa. Foram aprovadas as leis que criam a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Lei nº 9.782), o Fundo de Garantia à Exportação (Lei nº 9.818) e a Agência Brasileira de Inteligência (Lei nº 9.883).

2000 – O Senado aprova Projeto do Código Civil, que já tramitava desde 1984 na Casa. Destacam-se ainda a promulgação

da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, criando o Fundo de Combate à Pobreza, e a Emenda Constitucional nº 35, de 2000, que regulamentar a imunidade parlamentar.

Em 28 de junho é promulgada a Resolução nº 51, de 2000, decretando a perda de mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

2001 – Criação da Universidade do legislativo Brasileiros (UNILEGIS), por meio da Resolução nº 1, de 15 de janeiro.

2002 – Em 6 de março, foi publicado, no Diário Oficial do Senado Federal, página 1498, o Ato nº 1/2002, da Mesa do Senado federal, declarando a perda de mandato do senador Fernando Matusalém, da representação do Estado de Rondônia.

2003 – É aprovada a reforma da Previdência. No dia 16, um sábado, o Senado aprovou a chamada PEC paralela, para reaver alguns direitos dos servidores públicos.

O Parlamento toma a iniciativa de enfrentar um dos aspectos mais dramáticos da violência: as armas de fogo. Foi promovida a criação de uma comissão especial conjunta de senadores e deputados para examinar o controle do porte e da venda de armas e munições e, em pouco mais de três meses, foi aprovado o Estatuto do desarmamento.

2004 – É aprovada, depois de 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, a reforma do Judiciário, com relatórios do senador José Jorge (PFL-PE).

2005 – É declarada, por intermédio do Ato da Mesa nº 1, de 2005, a perda do mandato de senador João Capiberibe (PSB-AP).

2006 – Ao final do ano legislativo, foram produzidas 178 lei ordinárias com destaque para Lei nº 11.3000, de 10 de maio, que dispõe sobre a propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais.

2007 – Em 04 de dezembro, senador Renan Calheiros renuncia à presidência do Senado Federal. No dia 12 do mesmo mês, é realizada sessão plenária, deliberativa extraordinária, com o objetivo de eleger e dar posse ao presidente do Senado Federal para o período remanescente do biênio 2007/2008.

2008 – Criação, por intermédio do requerimento nº 227, de 2008, de iniciativa do senador Renato Casagrande, da Comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal.

2009 – Instituição da Comissão de Juristas encarregada de elaborar anteprojeto do Novo Código de Processo Civil, criada pelo Ato nº 379, de 30 de setembro, do presidente do Senado Federal.

O senador Expedito Júnior tem o seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral por abuso econômico e compra de votos. A cassação é ratificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

2010 – Em 19 de maio o Senado aprova o projeto Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados na Justiça em decisão colegiada em processos ainda não concluídos. O projeto teve 76 votos a favor, sem votos contrários e abstenções (o presidente do Senado não votou e quatro senadores não compareceram à sessão).